

Humberto Ávila

TEORIA DOS PRINCÍPIOS

***da definição
à aplicação dos princípios jurídicos***

*21ª edição,
revista, atualizada e ampliada*



EDITORA
*Jus*PODIVM



MALHEIROS
EDITORES

TEORIA DOS PRINCÍPIOS
da definição à aplicação dos princípios jurídicos

© HUMBERTO ÁVILA

1ª e 2ª eds., 2003; 3ª e 4ª eds., 1ª tir., 2004; 4ª ed., 2ª tir., 2005; 5ª e 6ª eds., 2006;
7ª ed., 2007; 8ª ed., 2008; 9ª e 10ª eds., 2009; 11ª ed., 2010; 12ª ed., 2011;
13ª ed., 2012; 14ª ed., 2013; 15ª ed., 2014; 16ª ed., 2015; 17ª ed., 2016;
18ª ed., 2018; 19ª ed., 2019; 20ª ed., 2021.

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.

Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição: PC Editorial Ltda.

722480;

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
09.2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A958t Ávila, Humberto.

Teoria dos princípios : da definição à aplicação dos princípios jurídicos / Humberto Ávila. – 21. ed. rev. atual e ampl. – São Paulo: Malheiros/Juspodivm, 2022.
248 p.; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5860-037-4

1. Direito - Filosofia. 2. Hermenêutica (Direito). 3. Princípios gerais do direito. I. Título.

CDU 340.12
CDD 340.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito : Filosofia 340.12
(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO INGLESA (“THEORY OF LEGAL PRINCIPLES”)	
– PROF. FREDERICK SCHAUER	7
PREFÁCIO DA EDIÇÃO ALEMÃ (“THEORIE DER RECHTSPRINZIPIEN”)	
– PROF. CLAUS-WILHELM CANARIS	9
PRÓLOGO DA EDIÇÃO ITALIANA (“TEORIA DEI PRINCIPI”)	
– RICCARDO GUASTINI	13
PREFÁCIO – PROF. EROS ROBERTO GRAU	23
NOTA À 21ª EDIÇÃO	25
NOTA ÀS EDIÇÕES ANTERIORES	26
1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	45
2. NORMAS DE PRIMEIRO GRAU: PRINCÍPIOS E REGRAS	
2.1 Distinções preliminares	
2.1.1 <i>Texto e norma</i>	52
2.1.2 <i>Descrição, construção e reconstrução</i>	53
2.2 Panorama da evolução da distinção entre princípios e regras	57
2.3 Critérios de distinção entre princípios e regras	
2.3.1 <i>Critério do “caráter hipotético-condicional”</i>	
2.3.1.1 <i>Conteúdo</i>	62
2.3.1.2 <i>Análise crítica</i>	63
2.3.2 <i>Critério do “modo final de aplicação”</i>	
2.3.2.1 <i>Conteúdo</i>	67
2.3.2.2 <i>Análise crítica</i>	68
2.3.3 <i>Critério do “conflito normativo”</i>	
2.3.3.1 <i>Conteúdo</i>	75

2.3.3.2	Análise crítica	76
2.4	<i>Proposta de dissociação entre princípios e regras</i>	
2.4.1	<i>Fundamentos</i>	
2.4.1.1	Dissociação justificante	89
2.4.1.2	Dissociação abstrata	90
2.4.1.3	Dissociação heurística	94
2.4.1.4	Dissociação em alternativas inclusivas	94
2.4.2	<i>Critérios de dissociação</i>	
2.4.2.1	Critério da natureza do comportamento prescrito	98
2.4.2.2	Critério da natureza da justificação exigida	100
2.4.2.3	Critério da medida de contribuição para a decisão	104
2.4.2.4	Quadro esquemático	106
2.4.3	<i>Proposta conceitual das regras e dos princípios</i>	106
2.4.4	<i>Análise do uso inconsistente da distinção fraca entre regras e princípios</i>	113
2.4.5	<i>Análise do uso inconsistente da distinção forte entre regras e princípios</i>	115
2.4.6	<i>Diretrizes para a análise dos princípios</i>	120
2.4.6.1	Especificação dos fins ao máximo: quanto menos específico for o fim, menos controlável será sua realização	121
2.4.6.2	Pesquisa de casos paradigmáticos que possam iniciar esse processo de esclarecimento das condições que compõem o estado ideal de coisas a ser buscado pelos comportamentos necessários à sua realização	121
2.4.6.3	Exame, nesses casos, das similaridades capazes de possibilitar a constituição de grupos de casos que girem em torno da solução de um mesmo problema central	122
2.4.6.4	Verificação da existência de critérios capazes de possibilitar a delimitação de quais são os bens jurídicos que compõem o estado ideal de coisas e de quais são os comportamentos considerados necessários à sua realização ..	122
2.4.6.5	Realização do percurso inverso: descobertos o estado de coisas e os comportamentos necessários à sua promoção, torna-se necessária a verificação da existência de outros	

	casos que deveriam ter sido decididos com base no princípio em análise	123
2.4.7	<i>Exemplo do princípio da moralidade</i>	123
2.4.8	<i>Eficácia dos princípios</i>	
2.4.8.1	Eficácia interna	
2.4.8.1.1	<i>Conteúdo</i>	126
2.4.8.1.2	<i>Eficácia interna direta</i>	126
2.4.8.1.3	<i>Eficácia interna indireta</i>	127
2.4.8.2	Eficácia externa	
2.4.8.2.1	<i>Conteúdo</i>	129
2.4.8.2.2	<i>Eficácia externa objetiva</i>	
2.4.8.2.2.1	Eficácia seletiva	129
2.4.8.2.2.2	Eficácia argumentativa	130
2.4.8.2.2.2.1	<i>Direta</i>	131
2.4.8.2.2.2.2	<i>Indireta</i>	131
2.4.8.2.3	<i>Eficácia externa subjetiva</i>	132
2.4.9	<i>Eficácia das regras</i>	
2.4.9.1	Eficácia interna	
2.4.9.1.1	<i>Eficácia interna direta</i>	132
2.4.9.1.2	<i>Eficácia interna indireta</i>	132
2.4.9.2	Eficácia externa	
2.4.9.2.1	<i>Eficácia seletiva</i>	138
2.4.9.2.2	<i>Eficácia argumentativa</i>	
2.4.9.2.2.1	<i>Direta</i>	139
2.4.9.2.2.2	<i>Indireta</i>	140
2.4.9.3	Superabilidade das regras	
2.4.9.3.1	<i>Justificativa da obediência a regras</i>	143
2.4.9.3.2	<i>Condições de superabilidade</i>	
2.4.9.3.2.1	<i>Introdução</i>	145
2.4.9.3.2.2	Requisitos materiais	145
2.4.9.3.2.3	Requisitos procedimentais ..	150
2.5	<i>O convívio entre princípios e regras</i>	152
2.6	<i>A força normativa dos princípios</i>	153
2.7	<i>A distinção condicionada entre princípios e regras</i>	165

3. **NORMAS DE SEGUNDO GRAU: POSTULADOS NORMATIVOS**

3.1	<i>Introdução</i>	169
3.2	<i>Postulados hermenêuticos</i>	
3.2.1	<i>Considerações gerais</i>	171

3.2.2	<i>Postulado da Coerência</i>	
3.2.2.1	Da hierarquia à coerência	172
3.2.2.2	Coerência substancial	
3.2.2.2.1	<i>Fundamentação por suporte</i> ..	178
3.2.2.2.2	<i>Fundamentação por justificação recíproca</i>	180
3.3	Postulados normativos aplicativos	182
3.4	Análise do uso inconsistente de normas e metanormas	185
3.4.1	<i>Consequências</i>	186
3.5	Diretrizes para a análise dos postulados normativos aplicativos	188
3.5.1	<i>Necessidade de levantamento de casos cuja solução tenha sido tomada com base em algum postulado normativo</i>	188
3.5.2	<i>Análise da fundamentação das decisões para verificação dos elementos ordenados e da forma como foram relacionados entre si</i>	188
3.5.3	<i>Investigação das normas que foram objeto de aplicação e dos fundamentos utilizados para a escolha de determinada aplicação</i>	189
3.5.4	<i>Realização do percurso inverso: descoberta a estrutura exigida na aplicação do postulado, verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base nele</i>	189
3.6	Espécies de postulados	
3.6.1	<i>Considerações gerais</i>	190
3.6.2	<i>Postulados inespecíficos</i>	
3.6.2.1	Ponderação	191
3.6.2.2	Concordância prática	193
3.6.2.3	Proibição de excesso	194
3.6.3	<i>Postulados específicos</i>	
3.6.3.1	Igualdade	199
3.6.3.2	Razoabilidade	
3.6.3.2.1	<i>Generalidades</i>	200
3.6.3.2.2	<i>Tipologia</i>	
3.6.3.2.2.1	Razoabilidade como equidade	201
3.6.3.2.2.2	Razoabilidade como congruência	205
3.6.3.2.2.3	Razoabilidade como equivalência	208

3.6.3.2.2.4	Distinção entre razoabilidade e proporcionalidade	209
3.6.3.3	Proporcionalidade	
3.6.3.3.1	<i>Considerações gerais</i>	211
3.6.3.3.2	<i>Aplicabilidade</i>	
3.6.3.3.2.1	Relação entre meio e fim	213
3.6.3.3.2.2	Fins internos e fins externos	214
3.6.3.3.3	<i>Exames inerentes à proporcionalidade</i>	
3.6.3.3.3.1	Adequação	216
3.6.3.3.3.2	Necessidade	223
3.6.3.3.3.3	Proporcionalidade em sentido estrito	226
3.6.3.3.4	<i>Intensidade do controle dos outros Poderes pelo Poder Judiciário</i>	227
3.7	<i>Análise da falta de diferenciação entre os postulados</i>	229
4.	CONCLUSÕES	235
	BIBLIOGRAFIA	239